

ESCLARECIMENTOS 03 - PE 45/2024

Conforme verificado no e-mail desta especializada, a empresa REAL JG FACILITIES solicitou esclarecimentos sobre o procedimento licitatório supracitado. Diante disso, seguem as respostas desta Coordenadoria:

Questionamento 1 - Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.

R. O nome da empresa que atualmente presta os referidos serviços, pode ser encontrado através de pesquisas ao JOM e outros meios pertinentes.

https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/ata_27_2020.pdf

Questionamento 2 - Será necessário estabelecer um escritório em alguma cidade perto ou onde os serviços serão prestados?

R. Item 18 – J -Qualificação Técnica - Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;

A contratada poderá manter sede, filial ou escritório em Maricá, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

Questionamento 3 - O preposto deve permanecer no local de prestação de serviço no órgão o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local da prestação do serviço ocasionalmente?

R. A contratada deverá manter preposto onde se realizarão os serviços na cidade de Maricá, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

Questionamento 4 - É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

R. Sim, o preposto pode ser um encarregado designado pela empresa.

Questionamento 5 - Caso o preposto seja fixo, o órgão fornecerá a estrutura e os insumos para o preposto (como computador, cadeira, impressora etc.)?

R. Os Custos referente a execução do objeto licitado serão de responsabilidade da contratada.

Questionamento 6 - Qual o número de registro no MTE das Convenções Coletiva que foram usadas para elaborar a estimativa de custos?

R. Convenção Coletiva de Trabalho - CCT que foi adotada para fins de preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços é a da categoria profissional vinculada ao SIND DAS EMP DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001- 91 e SIND DOS TRAB EM ASSEIO INSTAL MANUT DE ELEV DE CASA DE DIVER EMPRESA DE COMPRA VENDA LOCACAO ADMIN IMOVEIS BARBEA INST BELEZA CABELEIR SENHORA LIMPEZ, CNPJ n. 39.244.561/0001-71.

Questionamento 7 - A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral etc.? Se não incluídos, a proposta será desclassificada

R. As informações referentes a elaboração de planilha de composição de custos estão contidas no Anexo III do Termo de Referência.

Questionamento 8 - Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas inicialmente?

R. De acordo com análise do art. 59 da Lei 14.133/2021, o inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.

Questionamento 9 - Qual é a alíquota do ISS dos Municípios onde o serviço será prestado?

R. A alíquota referente ao fato gerador do objeto contido no edital, encontra-se no Código Tributário do Município de Maricá

Questionamento 10 - Será aceito atestado comprovando a prestação de serviços de mão de obra?

R. As exigências referentes ao atestado de capacidade técnica constam no instrumento convocatório item E – Qualificação Técnica do Edital.

Questionamento 11 - Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau? E qual funcionário?

R. Não há previsão legal para os adicionais de periculosidade ou insalubridade nas funções de porteiro diurno ou noturno contidas no edital.

Questionamento 12 - A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis?

R. De acordo com a redação do artigo 74 da CLT, o controle de ponto será obrigatório para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) empregados. Para fins de controle interno pode ser feito por folha de ponto.

Questionamento 13 - Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários?

R. respondido no questionamento 12.

Questionamento 14 - Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação?

R. 22 dias.

Questionamento 15 - Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no local da prestação do serviço?

R. – Tarifa zero, conforme legislação vigente do município de Maricá.

Questionamento 16 - É necessário considerar o adicional de intrajornada ou noturno?

R. A licitante deverá observar a CCT e demais legislações e tarifas vigentes para a elaboração de sua proposta para a execução do contrato.

Questionamento 17 e 18 - Existe a obrigação de fornecimento de uniformes? Há necessidade de fornecer materiais e/ou equipamentos?

R. - As informações referentes ao fornecimento de materiais e uniformes estão expressas no instrumento convocatório – requisitos da contratação

Questionamento 19 - Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?

R- Não fornecemos planilha em Excel, pois é responsabilidade da licitante elaborar sua Planilha de Custos e Formação de Preços

Questionamento 20 - Em relação à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), caso a utilizada para a estimativa de custos seja substituída pela publicação de uma nova convenção, será possível realizar a repactuação do contrato com a licitante vencedora para adequar os valores às disposições da CCT vigente ao ano do contrato?

R. - As informações referentes a repactuação constam no item 23 do Edital.

Questionamento 21 - Em relação à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), caso a utilizada para a estimativa de custos seja substituída pela publicação de uma nova convenção, será possível realizar a repactuação do contrato com a licitante vencedora para adequar os valores às disposições da CCT vigente ao ano do contrato?

R. – As informações referentes a repactuação constam no item 23 do Edital

Questionamento 21 - Considerando que a partir de 01/01/2025 o salário mínimo nacional foi reajustado para R\$ 1.518,00 e o salário normativo da categoria constante na CCT/2024 ser menor que o citado salário mínimo nacional, solicitamos informar qual salário a ser utilizado para composição dos custos? Se a opção for pela o salário da CCT/2024, os preços da contratação serão repactuados imediatamente após a homologação da CCT da categoria de 2025?